



BRASILEIRO, BRASÍLICO, BRASILIANO: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL*

 10.5935/2177-6644.20210004

BRASILEIRO, BRASÍLICO, BRASILIANO:
THE CONSTRUCTION OF A NATIONAL
IDENTITY

BRASILEIRO, BRASÍLICO, BRASILIANO:
LA CONSTRUCCIÓN DE UNA IDENTIDAD
NACIONAL

Andréa Camila de Faria Fernandes**

 <https://orcid.org/0000-0002-6599-3395>

Resumo: O presente trabalho relaciona o movimento romântico e a criação da identidade nacional brasileira, pensando como essas relações se sintetizam e se manifestam na vida e na obra do poeta maranhense Gonçalves Dias, em especial no mais célebre de seus poemas, a *Canção do exílio*. Assim, pensaremos o processo de construção de nossa identidade e a consolidação do processo de independência política.

Palavras-chave: Gonçalves Dias. Romantismo. Identidade Nacional. Construção de Memória


Abstract: This work relates the romantic movement and the creation of the Brazilian national identity, thinking about how these relationships are synthesized and manifested in the life and work of the poet from Maranhão, Gonçalves Dias, especially in the most famous of his poems, *Canção do exílio*. Thus, we will think about the process of building our identity and consolidating the process of political independence.

Key-words: Gonçalves Dias. Romanticism. National Identity. Memory Construction

Resumen: Esta obra relata el movimiento romántico y la creación de la identidad nacional brasileña, pensando en cómo estas relaciones se sintetizan y manifiestan en la vida y obra del poeta del Maranhão Gonçalves Dias, especialmente en el más célebre de sus poemas, *Canção do exílio*. Así, pensaremos en el proceso de construcción de nuestra identidad y consolidación del proceso de independencia política.

Palabras-clave: Gonçalves Días. Romantismo. Identidad Nacional. Construcción de Memoria

* Uma versão deste artigo foi apresentado no Encontro Regional da ANPUH Sergipe no ano de 2020 no Simpósio Temático *Políticos, Movimentos e Nacionalismos: a história da cultura política no Brasil e no mundo*.

** Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. 
<http://lattes.cnpq.br/5581495028308934> - E-mail: andreacamilaff@gmail.com

Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás as florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.
(Carlos Drummond de Andrade, 1934)

“O Brazil não conhece o Brasil. O Brasil nunca foi ao Brazil” (BLANC; TAPAJOS), dizem os versos iniciais da canção de Aldir Blanc e Mauricio Tapajos, imortalizada pela voz inesquecível de Elis Regina. São versos ao mesmo tempo simples e complexos, pois indicam a própria complexidade de nossa realidade sócio-cultural. O *Brazil*, o modelo “tipo exportação”, não conhece o *Brasil*, o real, o popular, o do dia-a-dia. O *Brasil* – real, nunca foi ao *Brazil* – idealizado. E assim esses dois *brasis* seguem vivendo em paralelo.

João Cezar de Castro Rocha, em *live* realizada em homenagem ao falecimento do compositor Aldir Blanc, fez uma associação entre esta canção, o poema *Hino Nacional*, de Carlos Drummond de Andrade e a *Canção do exílio* de Gonçalves Dias, pois, segundo ele, a análise desses três poemas ajudariam a resolver o grande dilema do pensamento social brasileiro, ao mesmo tempo em que realizariam o melhor da vocação da nossa literatura (ROCHA, 2020).

O grande dilema, de que fala João Cezar, é aquele enunciado por Sergio Buarque de Holanda logo na introdução de *Raízes do Brasil*: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra*” (HOLANDA, 2002, p. 31).

Querelas do Brasil e o poema de Drummond, cuja primeira estrofe usamos aqui como epígrafe, incontestavelmente nos falam de um Brasil que não se reconhece e que precisa se reconhecer, seja na evocação “Do Brasil, SOS ao Brazil” da canção de Aldir Blanc, ou na ironia mal disfarçada do poema de Drummond, nos versos abaixo:

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. *E acaso existirão os brasileiros?*
(ANDRADE, 2006, p. 52)

Mas e o poema de Gonçalves Dias, onde se encaixa nessa problematização feita por João Cezar? A questão é que a *Canção do exílio*, que para o autor, é “o grande poema da nacionalidade” (ROCHA, 2020), apresenta, ainda segundo ele, a contradição básica do Brasil, que está expressa

nos versos de *Querelas do Brasil*, ou seja, o fato de que o país não pode definir a si mesmo, mas apenas em oposição ao outro. Para João Cezar, toda experiência de pensamento dos versos de Gonçalves Dias é uma experiência de pensamento que chama atenção para o fato de que na experiência histórica brasileira o outro tem centralidade, “porque eu mesmo não sou suficiente para definir-me de maneira autônoma, em termos próprios” (ROCHA, 2020).

Sem querer desprezar as reflexões do autor, até porque elas nos parecem bastante pertinentes, consideramos que alguns pontos merecem considerações adicionais. Ao pontuar que a experiência valorativa da nação na *Canção do exílio* se constrói a partir da oposição com o outro, o autor certamente está se atendo aos versos que opõem diretamente o *cá* ao *lá*, e que de fato marcam o poema. Mas há também na *Canção* versos que exaltam a pátria por si mesma – “Nosso céu tem mais estrelas, Nossas várzeas tem mais flores” (DIAS, 1998, p. 105) – e que, sem dúvida, também se impregnaram em nosso imaginário nacional. Além disso, toda construção identitária se dá em relação a um outro, nesse sentido, não é de causar estranheza que assim também aconteça com as identidades nacionais.

E se voltarmos à questão fundamental de Sergio Buarque, de serem estrangeiras nossas inspirações, nos dando o sentimento de desterro, veremos o quanto é importante entender o complexo processo de construção daquilo que convencionalmente chamamos identidade brasileira, até para tentarmos responder à questão de Drummond. E não há como fazer isso sem pensarmos sobre o conceito moderno de nação e suas inter-relações com o movimento romântico.

Nações. Nacionalismo. Romantismo

Benedict Anderson, importante referência para os estudos sobre nações e nacionalismos é enfático em afirmar que é impossível se estabelecer a “paternidade” do conceito moderno de nação. Tal como nos diz, “a ‘nação’ foi uma invenção sem patente, e seria impossível registrá-la. Pôde ser copiada por mãos muito diversas, e às vezes inesperadas” (ANDERSON, 2008, p. 107). De fato, podemos mapear os indivíduos, grupos e instituições envolvidos em cada estabelecimento de identidade nacional, e de alguma forma podemos dizer que é isso o que pretendemos aqui, no que diz respeito à nação brasileira, mas não nos é possível identificar com toda certeza quem primeiro estabeleceu a nação tal como hoje a concebemos, ou dito de outro modo, e citando novamente palavras de Anderson,

As nações, porém, não possuem uma data de nascimento claramente identificável, e a morte delas, quando chega a ocorrer, nunca é natural. Como não existe um criador original da nação, sua biografia nunca pode ser escrita de uma forma evangélica, ‘avançando no

tempo' ao longo de uma cadeia generacionista de procriações. A única alternativa é moldá-la 'recuando no tempo' (ANDERSON, 2008, p. 280).

Recuar no tempo em alguma medida significa dizer voltar-se para a história, resgatar tradições, afinal, para se estabelecer uma nação é preciso que sua “essência” esteja bem delimitada. Como bem definiu Ernest Renan, “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas” (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 20), e quem melhor para se imbuir da tarefa de selecionar o que se lembrar e, principalmente, o que se esquecer, no estabelecimento de memórias nacionais, do que o historiador? Nesse sentido, como aponta João Cezar de Castro Rocha, a tarefa do historiador é “menos lembrar do que esquecer” (ROCHA In: JOBIM, 1999, p. 41), num jogo onde há um princípio muito claro de seleção: “recordam-se os fatos que favorecem a unidade nacional, olvidam-se os acontecimentos que a comprometem” (ROCHA In: JOBIM, 1999, p. 41).

Mas antes de adentrar nas funções e tarefas do historiador – e outros letrados – no que diz respeito ao estabelecimento das nações, cabe entender melhor o que é esta essência de que tanto Renan como Anderson, em temporalidades tão distintas, falam. Começemos retomando as conceituações do primeiro, já que foi ele o primeiro a conceituar a nação moderna, em conferência proferida na Sorbonne em março de 1882 (Cf. ROUANET, 1997, p. 6-7), ou seja, em plena efervescência dos nacionalismos do Oitocentos.

A definição de nação moderna formulada por Ernest Renan começa por apontar o que não pode defini-la. Assim, se a língua fora outrora apontada como o elo fundamental de uma comunidade nacional, ele despreza esse princípio definidor ao afirmar que “A língua convida à reunião; não força à isto” (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 31-32) pois “Há no homem algo superior à língua: a vontade” (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 32). Ao dizer isso Renan não só reforça a tese de que a nação é fruto de uma vontade humana, uma espécie de contrato social, mas também aponta que a língua não é um *signo* definidor de raça, mas sim uma formação histórica (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 32-33).

Mas dizer que para ele a nação é uma espécie de contrato social, e deixemos claro que esta é uma interpretação nossa, não significa dizer que a simples comunhão de interesses seja capaz de estabelecer uma nação. Em suas palavras: “A comunhão de interesses faz tratados comerciais. Há, na nacionalidade, um lado de sentimento; ela é, a um só tempo, alma e corpo; um *zollverein* não é uma pátria” (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 36). Também não é a terra, a geografia, que determina uma nação. A terra pode, segundo ele, fornecer o substrato, mas é o homem que fornece a alma (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 38). Sendo assim, a nação para Ernest Renan seria

uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma, esse princípio espiritual, duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a posse em comum de um rico legado de lembranças; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver juntos (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 39).

E completa, mais adiante, “A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito cotidiano, como a existência do indivíduo é uma perpétua afirmação de vida” (RENAN In: ROUANET, 1997, p. 40).

A definição de Renan, hoje já tanto célebre como emblemática, da nação como um princípio espiritual que demanda não só a criação de um “rico legado de lembranças” e como um passado de “sacrifícios de devoções”, como ele chama, mas também o aceite tácito de todos os seus membros de continuarem a partilhar deste mesmo “espírito” porque sentem-se, a partir dele, pertencentes a uma mesma comunidade, nos lembra, em alguma medida, a essência expressa para pátria por Voltaire em seu verbete publicado, originalmente em 1764, no *Dictionnaire philosophique* (Cf. ROUANET, 1997, p. 7-8):

Uma pátria é um composto de várias famílias; e assim como mantemos a nossa família por amor-próprio, quando não há um interesse contrário, é pelo mesmo amor-próprio que mantemos a nossa cidade ou aldeia, a que chamamos pátria. Quanto maior vai-se tornando esta pátria, menos a amamos, pois o amor compartilhado enfraquece. É impossível amar ternamente uma família excessivamente numerosa, que mal conhecemos (VOLTAIRE In: ROUANET, 1997, p. 44).

Percebe-se aqui, que a noção de pátria expressa por Voltaire está pautada no conceito antigo, onde pátria era, simplificarmente dizendo, a *terra dos pais*. Se esta noção não exclui a concepção moderna, também não a contempla por inteiro, pois tanto pátria, como nação, em seus sentidos alargados, não serão mais apenas os lugares onde nasceram nossos ancestrais e/ou onde estão nossas famílias. Com as novas configurações dos Estados Nacionais modernos, tanto no Velho como no Novo Mundo, estes sentidos foram amplificados.

Passemos então a forma como Benedict Anderson definiu a nação. Para ele, ela é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Uma vez definida a conceituação básica, Anderson se dedica a explicá-la: “Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros” (ANDERSON, 2008, p. 32); ela é *limitada* “porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas” (ANDERSON, 2008, p. 33); e completa,

Ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (ANDERSON, 2008, p. 34).

Muito embora Anderson afirme não ter compreendido bem a tese de Ernest Renan quando da publicação da primeira edição de seu *Comunidades imaginadas*, em 1983, está claro para nós que sua concepção de nação está diretamente relacionada àquela proposta por Renan um século antes. Está claro para nós também que seu entendimento permanece ainda muito atual se olharmos para as nossas sociedades contemporâneas, especialmente no Brasil, onde, de modo bastante preocupante, devemos dizer, vemos ressurgir uma exaltação nacionalista pautada no silenciamento das diferenças e das desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Mas, se como vimos, a nação moderna é uma *comunidade imaginada*, para usar a expressão de Anderson e que entendemos abarca também as concepções de Renan, é preciso que entendamos como se imaginam esses elementos de identificação comum capazes de estabelecer uma comunidade nacional, ou como se selecionam o muito a ser lembrado e o muito a ser esquecido. E é nesse processo que ganhará destaque fundamental um movimento artístico e literário que desde seus momentos iniciais se viu diretamente associado à fundação dos nacionalismos: o Romantismo.

O romantismo, esse movimento sociocultural que pode ser historicamente situado entre fins do século XVIII e meados do XIX, foi definido por Elias Thomé Saliba como uma centelha que

acendeu-se em meio aos anseios provocados pela época da Revolução Francesa, a chama foi avivada pelos inícios da Revolução Industrial, começou a perder o brilho após o fim da aventura napoleônica, transformando-se, após o fracasso das revoluções de 1848, apenas em cinzas funestas (SALIBA, 2003, p. 14-15).

A ideia da centelha que se espalha até propagar um incêndio que incomoda de alguma maneira ajuda a dar forma à concepção bastante difundida do movimento romântico como algo que era desordenado, confuso, indisciplinado, de uma maneira geral e simplificada, oposto aos ideais do classicismo (SALIBA, 2003, p. 13). Para usar a metáfora recuperada por Saliba, o romantismo era “As brumas alemãs¹ [...] contra as luzes francesas” (SALIBA, 2003, p. 13).

Nesse tempo de incertezas e intensas transformações, sobretudo políticas e sociais, a história, enquanto disciplina e instituição, foi vista pelos românticos como uma força bruta que precisava ser domada, daí a força que este movimento irá adquirir junto aos nacionalismos, uma vez que a história era a matéria-prima fundamental para que se estabelecessem os ricos legados de

¹ Já que a Alemanha é entendida como o berço do movimento e também a “mãe” de seus principais representantes.

lembranças que deveriam fundar todo e qualquer imaginário nacional.

Lembremos que o século XIX não viu emergir novas nações apenas no continente americano, fruto dos processos de independência das antigas colônias ibéricas. Também a Europa passava por um processo de reorganização. Se por um lado tivemos Portugal e Espanha se readequando à nova realidade após a perda das colônias americanas, tivemos por outro, Alemanha e Itália empreendendo seus processos de unificação, por exemplo. Em todos estes casos a história e a literatura desempenharam papel fundamental no estabelecimento dos imaginários nacionais. Na explicação de Elias Thomé Saliba “as palavras, ao relacionarem os sentimentos com as coisas, o presente com o passado, e tornar possível a memória e a imaginação, acabavam por criar a família, a sociedade, a literatura e a história” (SALIBA, 2003, p. 44).

Na tentativa de explicar a relação do romantismo com a criação das identidades nacionais, Bernardo Ricupero afirma que “É possível mesmo considerar que, entre o Estado e a sociedade civil, estabelece-se a nação como mediação ideológica que dá aos homens e mulheres a impressão de pertencerem a uma comunidade política maior” (RICUPERO, 2004, p. 9). Nesse sentido a nação seria, dessa maneira, “como uma forma de identidade em face da fragmentação da vida social e exterioridade da vida política” (RICUPERO, 2004, p. 9).

Mas se os processos de formação dessas novas nacionalidades tinham pontos em comum, tinham também suas diferenças, e estas traziam, no caso das nações que se formaram a partir das antigas colônias ibéricas na América, complexidades políticas fundamentais. Nesse sentido, Benedict Anderson (ANDERSON, 2008) e também Bernardo Ricupero (RICUPERO, 2004) vão nos lembrar que aqui, digo, no continente americano, a nação não se formou ao mesmo tempo em que o Estado. O Estado veio primeiro, fruto político das ações de uma elite que temia ou um “levante negro”, dado o grande número de escravos nas colônias, tanto portuguesa quanto espanholas, ou, no caso específico do Brasil, a perda do território para invasores ou a perda dos direitos adquiridos quando a colônia fora alçada à categoria de reino unido. Nesse sentido, a proclamação de independência que instituiu o Estado em 1822, fora feita para evitar que “um aventureiro lançasse mão” do que já havia sido conquistado e também para garantir a coroa brasileira para a casa de Bragança. Mas como não há consolidação do *Estado* sem estabelecimento da *Nação*, passemos então a conhecer um pouco do processo de instituição desse *princípio espiritual* que fez com que hoje nos identificássemos como *brasileiros*.

A formação da identidade nacional brasileira e a *Canção do exílio*

Em seu estudo sobre a formação do nosso nacionalismo Maria Helena Rouanet sintetiza de forma clara o que vimos até aqui acerca da construção das identidades nacionais: “Tudo o que temos em comum nos foi ensinado” (ROUANET In: JOBIM, 1999, p. 15). Tudo o que nos torna aquela comunidade que somos, foi imaginado, para mais uma vez usarmos a expressão de Benedict Anderson. Mas se isso já foi dito, porque repeti-lo? Porque por vezes nossas “identidades” estão tão bem enraizadas em nossos cotidianos que deixamos de pensar sobre o modo como elas são construídas e pensar sobre isso é um dos nossos objetivos. Mas também porque quando falamos em romantismo e nacionalismo no Brasil não conseguimos fazê-lo sem mencionar o nome de Gonçalves Dias, e lembrar a síntese de Maria Helena Rouanet nos faz lembrar uma das críticas, elogiosas, dirigidas a ele por um dos nossos principais críticos literários, mas que merece uma problematização.

Antônio Candido, em seu *Formação da Literatura Brasileira*, ao refletir sobre a obra do ilustre maranhense, escreveu o seguinte: “I-Juca Pirama é dessas coisas indiscutidas, que se incorporam ao orgulho nacional e à própria representação da pátria, como a magnitude do Amazonas, o grito do Ipiranga ou as cores verde e amarela” (CÂNDIDO, 1971, p. 85).

Ao pontuar que estes são marcos indiscutidos de nossa identidade nacional, duas coisas nos chamam atenção na fala de Antonio Candido. A primeira, e talvez mais sintomática, seja o fato de ele elencar “o canto de morte do filho do norte” – *I-Juca Pirama* – e não o célebre “minha terra tem palmeiras” – *Canção do exílio* – como ícone significante de identidade, uma vez que nos parece que o segundo certamente ganhou fama e divulgação muito maior que o primeiro. A segunda é que ele fala em *coisas indiscutidas*, mas não *indiscutíveis*, e é esse o ponto que nos interessa aqui.

Retornemos à Maria Helena Rouanet. A autora nos diz, num caminho parecido ao de Antonio Candido, que se alguém nos perguntasse quais as cores do nosso país responderíamos sem hesitar: verde e amarelo (ROUANET In: JOBIM, 1999, p. 11). Verdade seja dita, estas cores hoje estão sendo alvo e palanque de disputas políticas que possivelmente esses autores jamais imaginariam. Mais deixemos nossas políticas atuais de lado. Rouanet nos lembra, e nós compartilhamos de seu entendimento, que ao responder que são estas as “cores do Brasil” na maioria das vezes deixamos de pensar porque são estas e não outras? O que elas significam/representam? Admitimos como natural que o verde e o amarelo representam o Brasil, pois são as cores predominantes em sua bandeira, mas, devemos repetir, o fato de serem dados indiscutidos, não os torna indiscutíveis.

Nesse sentido vale lembrar que das coisas elencadas por Antonio Candido talvez a mais

indiscutível, poderíamos dizer, seria a magnitude do Amazonas, mas se formos pensar que pelo Tratado de Tordesilhas as terras onde o rio se encontra, e a região amazônica como um todo, possivelmente nem deveriam ter feito parte da colônia portuguesa e conseqüentemente do Brasil, isso já cairia por terra. O verde e amarelo foram fruto de escolhas e ao fim representam as casas dinástica portuguesa e austríaca²; fazem parte da nossa história, mas estão longe ser a versão de representação das nossas matas e ouro que costumamos ouvir por aí. O grito do Ipiranga levanta duas questões porque, além de não haver comprovação de que ele de fato ocorreu, a independência proclamada por D. Pedro I em 1822 não foi recebida pacificamente como se fez crer. Muitas províncias do norte, entre elas o Maranhão, a terra de Gonçalves Dias, resistiram ao processo de emancipação política encabeçado pelo Rio de Janeiro. Porque pontuar tudo isso? Para lembrar que um dos processos de construção de uma identidade nacional é a elaboração de símbolos em torno dos quais possa se estabelecer a identidade comum dos habitantes da nação (RICUPERO, 2004), e é neste processo de elaboração de símbolos nacionais que os românticos, não apenas os brasileiros, se inserem.

Como dissemos o processo de formação da nação em terras brasileiras é posterior ao da formação do Estado, tal como se deu também com as antigas colônias espanholas. Mas aqui temos ainda outro diferencial. Se nossos “vizinhos”, ao se tornarem independentes de sua antiga metrópole, constituíram repúblicas, libertaram-se da dinastia metropolitana e aboliram a escravidão, o que se deu na antiga Terra de Santa Cruz seguiu caminho completamente diverso. Não só nos tornamos uma monarquia ao nos tornarmos independente, como nos tornamos uma monarquia governada pelo sucessor direto de nosso antigo colonizador e com a manutenção da escravidão como base de nosso sistema econômico. A mudança de status político trouxera, portanto, pouca mudança real na estrutura política, econômica e social.

Ricupero assim define nosso processo diverso de independência:

A independência da antiga colônia portuguesa na América é um processo particularmente original. Sua causa mais profunda está na transferência da família real portuguesa para o Brasil; seu motivo mais imediato é a Revolução do Porto, de 1820. Com a fuga da corte lusitana das tropas de Napoleão, a América portuguesa passará por um processo único, pelo qual a colônia se converte praticamente em metrópole e a metrópole se comporta quase

² Embora a bandeira que hoje nos simboliza tenha sido instituída após a Proclamação da República, em 1889, o que mudou com o novo regime político foi o modelo do pavilhão nacional, e não suas cores características. Estas foram estabelecidas na criação da bandeira nacional do Império, após a Proclamação da Independência em 1822. Mario Meirelles cita o decreto de criação da bandeira do império que determinava que a mesma seria “composta de um paralelogramo verde e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro” e ressalta que “as cores nacionais simbolizavam a constituição da dinastia imperial brasileira, pelo casamento de D. Pedro com D. Leopoldina: o verde da Casa de Bragança e o amarelo da Casa de Lorena, ascendência materna da nossa primeira Imperatriz” (Cf. MEIRELLES, 1972. p. 35-36).

como colônia, ou para ser mais exato, como diz Maria Odila Silva Dias, há, na América, uma “interiorização da metrópole”, com o Rio de Janeiro praticamente assumindo o papel que era anteriormente de Portugal. (RICUPERO, 2004, p. 39)

Este processo particular, que nos tornava independente, mas ao mesmo tempo nos mantinha ligado à nossa antiga metrópole, uma vez que a casa dinástica permanecia a mesma, de alguma forma ajudou a estabelecer nossos primeiros signos de identidade nacional, a começar pelo nome que se atribuiu ao novo Estado Nacional. Ilmar Mattos nos lembra que

A opção por *Império do Brasil* resgatava uma herança; expressava o primeiro momento do triunfo de um projeto; revelava como os herdeiros eram também construtores; reafirmava o papel da cidade do Rio de Janeiro como cabeça; e evidenciava, sobretudo, como uma dominação distinguia-se, desde então, por enfeixar uma pluralidade de significações (MATTOS, 2005, p. 20).

Mas como nos lembra ainda Ilmar Mattos a “independência política criara a liberdade frente à dominação metropolitana; mas não fora capaz de gerar uma unidade” (MATTOS, 2005, p. 21). Para além do fato de algumas províncias resistirem ao processo de emancipação encabeçado pelo Rio de Janeiro, com o Maranhão, por exemplo, cuja capital da província, São Luís, só vai aderir à independência oficialmente em 28 de julho de 1823, tivemos ainda os debates sobre a abolição ou não da escravidão e a definição de uma cidadania restrita. Não por acaso há quem diga que apenas com a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831 o Brasil torna-se de fato independente. Mas mesmo aqui sabemos que a questão é bem mais complexa do que pode parecer.

Nos planos que se estabeleceram para a escrita da história nacional estava colocado como traço fundador de nossa identidade o amalgama das três raças no solo da outrora Terra de Santa Cruz. Mas esse traço fundador que subsidiará a escrita da história será relativizado na fundação de outro campo marcante para a consolidação da identidade nacional, o da literatura. Se no campo das pesquisas históricas estava posto que se deveriam identificar as contribuições de brancos, índios e negros para o desenvolvimento da nação, tal como postulava Karl Friederich Von Martius em seu *Como se deve escrever a história do Brasil*, no campo literário, quando a preocupação primeira era declarar a independência literária do país, posto que a política já havia sido instaurada, os letrados precisavam definir o que melhor distinguiria e ao mesmo tempo aproximaria o país do conjunto das demais nações ditas civilizadas. Nesse contexto, não sem debates, o índio, ao lado da natureza, foi alçado ao posto de representante fundamental de nossa *cor local*.

Eleger o índio como esse elemento particularizador de nossa identidade cultural era, implicitamente, evitar uma associação muito estreita com o antigo colonizador e que, portanto poderia dificultar o fortalecimento da ideia de independência, mas também silenciar a presença negra, marcadamente escrava, em nosso país. Era também, em certa medida, uma “saída” natural do

movimento romântico, que se no geral ia resgatar nas antigas tradições medievais as origens das nações que ajudava a consolidar, encontrava no Brasil, o índio como o substituto mais fiel às essas tradições. Personagem perfeito onde se pudessem espelhar ideais de coragem, virtude, nobreza e tradição. Não por acaso será o indianismo um dos traços mais marcantes de nosso movimento romântico. Mas eleger o índio como personagem original de nossa origem mitológica era ainda precisar criar uma unidade num conjunto muito vasto de indivíduos. Era transformar as diversas tribos que aqui existiam e existiram num único denominador comum, eliminando conflitos e suavizando diferenças e contrastes, como bem pontuou Marco Morel em seu trabalho sobre os Botocudos (MOREL, 2018, p. 186). Das mais diversas nações indígenas aqui existentes deveriam surgir em nossa literatura um único povo e obviamente, a violência envolvida no processo de colonização das populações nativas deveria ser silenciada. Por todo esse complexo contexto de formação identitária, vale pensarmos sobre como nos tornamos *brasileiros*, no sentido mesmo de quando passamos a nos identificar por este termo.

É sabido que o nome da antiga colônia, posteriormente Estado Imperial, *Brasil*, foi derivado de uma madeira de onde se extraía uma rubra tinta e que tinha grande valor comercial pelos idos de 1500 – o pau brasil. Natural é que se pense, portanto, que *brasileiro* é o desdobramento do termo para designar o indivíduo que nasce nas terras do Brasil, mas não é bem assim. Na verdade, como nos lembra tanto Bernardo Ricupero (RICUPERO, 2004, p. 39) como Ilmar Mattos (MATTOS, 2005, p. 15), *brasileiro* era, originalmente, o termo usado para designar os comerciantes daquela madeira e não os nativos da região, e não por acaso, já que etimologicamente falando o sufixo “eiro” designa profissão e não nacionalidade. Mesmo com o avançar da colonização o termo prossegue sendo pouco usado, sendo mais comum para se referir aos habitantes da colônia o uso de *brasílico* ou *brasiliano*, como aponta ainda Ricupero (RICUPERO, 2004, p. 39).

Com nos lembra o autor,

Durante o período colonial, a palavra Brasil era utilizada simplesmente como um termo genérico para se fazer referência ao conjunto das colônias portuguesas na América. Os colonos, porém, se identificavam, antes de tudo, como mineiros, baianenses, etc., como revelam, por exemplo, os autos dos movimentos sediciosos realizados nessas províncias, ou como portugueses americanos em oposição aos hispano-americanos. (RICUPERO, 2004, p. 39-40)

Como apontam também István Jancsó e João Paulo Pimenta, mesmo os conceitos de *pátria*, *país* e *nação* não estavam bem definidos, ou pelo menos não correspondiam às definições que hoje compreendemos, no contexto imediatamente anterior à proclamação de nossa independência política. É nesse sentido que os autores, se referindo a Cipriano Barata e aos seus companheiros nos

debates travados nas Cortes de Lisboa, vão afirmar que Bahia e São Paulo eram suas pátrias, o Brasil, o seu país, mas a nação à qual pertenciam era a portuguesa (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 391).

Ilmar Mattos aponta ainda outro uso para o termo que passou a identificar nossa nacionalidade, segundo o qual *brasileiro* serviu para designar, por um tempo, os portugueses que tendo vivido em terras americanas e enriquecido, voltavam para seu país de origem. Sendo *brasiliense* o (branco) natural do Brasil e *brasiliano* o indígena (MATTOS, 2005, p. 15). Ainda segundo ele, o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, quando o então príncipe D. Pedro de Alcântara se recusa a aceitar as determinações das Cortes de Lisboa e voltar para Portugal, fora também responsável por dar novo significado ao termo brasileiro, que passava então a designar aqueles que aqui tinham decidido ficar (MATTOS, 2005, p. 16). É nesse mesmo sentido que ele nos lembra que era *brasiliense* o Hino Constitucional escrito por Evaristo da Veiga para saudar a “Brava Gente Brasileira” (MATTOS, 2005, p. 09), afirmando que fora então a Constituição Brasiliense que fizera emergir os *brasileiros*, como sendo todos aqueles que aderiram àquela causa (MATTOS, 2005, p. 16). Nas palavras dele,

Ao enunciar de modo explícito o novo significado de um antigo nome – ‘Brasileiro é pra mim todo o homem que segue a nossa causa, todo o que jurou a nossa independência’ –, José Bonifácio abria caminho para a constatação de Auguste de Saint-Hilaire – ‘Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros’ (MATTOS, 2005, p. 16).

O uso do termo brasileiro para nos identificar é, portanto, uma construção tardia e nesse sentido, é lícito dizer, que tal como a independência, a ideia de nação e a consolidação do território, o processo de ressignificação do termo também foi um projeto vitorioso do Estado Imperial. E a Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824, já então anunciada como Constituição Brasileira, se encarregou de definir quem eram aqueles dignos de fazer jus a tal designativo. Em seu artigo 6º, “DOM PEDRO PRIMEIRO, POR GRAÇA DE DEOS, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil” (CONSTITUIÇÃO, 1824), declarava que, eram Cidadãos Brasileiros, os que:

- I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuacão da sua residencia.
- V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as

qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização (CONSTITUIÇÃO, 1824).

Com o Império do Brasil então, nasciam também os brasileiros. Mas era preciso fazer com que estes se identificassem como tal. Sabemos que não só os movimentos contrários à proclamação da independência, mas também as sedições ocorridas no período dos governos regenciais tiveram forte cunho regionais, trazendo a tona novamente as identificações com as “pátrias locais” – pernambucana, maranhense, baiana etc – ao invés da nação instaurada. O que faz com que entendamos o valor que os grupos dirigentes vão dar às ações para que propaguem os ideais de uma cultura brasileira, sólida e independente, através da criação de símbolos que permitissem que os brasileiros se identificassem como tal. Afinal, como bem aponta Bernardo Ricupero, é possível inventar-se tradições, criar símbolos, sem que muita gente acredite neles, o que, na verdade, não tem muito propósito, mas não se podem criar identidades, estabelecer direção intelectual e moral, sem que haja símbolos e tradições (RICUPERO, 2004, p. 23)

Nesse processo de criar símbolos, os românticos brasileiros não precisavam apenas inventar tradições para a nova nação, mas também, como já dissemos, cuidar para que ela se diferenciasse de sua antiga metrópole, para que sendo independente politicamente, fosse independente também em sua literatura. Esse era um ponto particularmente complexo, dado que a língua materna das duas nações era a mesma. É fato, que não é a língua o elo definidor fundamental de uma nação, mas também não se pode desprezar que no que diz respeito à construção de uma literatura para uma nação infante, esse dado tem ainda seu peso. Nos muitos debates acerca do tema, temos os que dirão que não pode haver literatura brasileira independente, posto que a língua é a portuguesa; os que, como José de Alencar, defenderão que a língua pode até ser a mesma, mas o povo dá a ela características próprias, afinal “o povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?” (ALENCAR apud RICUPERO, 2004, p. 110); e os que, mais radicalmente, advogaram na necessidade de se adotar uma língua própria, como o personagem Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, que já no período da primeira República vai enviar à Câmara a seguinte petição:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer mutuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se diariamente, surgir azedas polemicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênua para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e conseqüência a sua emancipação idiomática (BARRETO, 2000, p. 36).

A petição de Policarpo Quaresma é sem dúvida emblemática. Mas sendo ela fruto das ações de um personagem fictício, e de um período já posterior ao que centralmente estamos tratando até aqui, ela tem para nós apenas o caráter de um recurso alegórico, ilustrativo. Não foi projeto dos nossos românticos instituírem o tupi como língua oficial do país, muito embora o uso de termos indígenas vá ser recorrentemente utilizado na literatura e o idioma vá ser estudado. O próprio Gonçalves Dias publicou um dicionário de língua tupi (DIAS, 1858).

Já a proposição de José de Alencar nos importa particularmente, afinal não há duvida de que o fato de possuirmos o mesmo idioma de nossos antigos colonizadores não nos torna, estritamente, falantes da mesma língua. Há na língua falada, e também na escrita, marcas indeléveis dos meios culturais e sociais que cercam os seus “falantes” e nesse sentido não seria descabido dizer que nosso idioma é o português sim, mas o português *brasileiro*. É nesse sentido também que ganha importância não a língua na qual a literatura é produzida, mas sim, que literatura é produzida, isto é, com que temas, que inspirações. É assim que o que chamamos *cor local* – o próprio que nos inspira – ganha importância nos debates sobre a validação da literatura nacional. Segundo Abel Barros “a ‘cor local’ representava, pois, uma promessa de riqueza, e sobretudo riqueza alcançada pela via da depuração, expurgando do território literário brasileiro tudo o que fosse alheio, não nacional, *impróprio*” (BAPTISTA, 2003, p. 80).

Detalhar o longo processo de emancipação de nossa literatura aqui seria dispendioso e ao mesmo tempo desnecessário, posto que muitos já o fizeram com muito mais tempo, rigor e minúcia do que a que dispomos no momento, mas importa-nos dizer que neste processo um modelo se destacou, o de Ferdinand Denis e que na execução do modelo proposto, nosso autor, Gonçalves Dias, foi indiscutidamente reconhecido como uma das figuras de maior destaque e relevância. Vejamos como e por que isso assim se estabeleceu.

Ferdinand Denis foi o primeiro a indicar o caminho que os literatos brasileiros deveriam trilhar para que pudessem estabelecer uma literatura genuinamente nacional. Segundo Bernardo Ricupero, “As relações de Denis com o Brasil são, indicação clara de que, apesar da independência, continua-se a buscar legitimação cultural fora do país” (RICUPERO, 2004, p. 87). Ainda segundo Ricupero, o francês, que fora durante a maior parte de sua vida conservador e administrador da Biblioteca de Sainte Geneviève, em Paris, havia residido no Brasil entre 1816 e 1819, e após esse

período, e por se dedicar a estudar as “nossas coisas”, passara a ser procurado, principalmente por brasileiros, como se fosse um especialista em assuntos do Brasil, passando a ser, nas palavras de Ricupero, uma espécie de *brasilianista avant la lettre* (RICUPERO, 2004, p. 87).

Para que a nova nação fosse independente em sua literatura, como já o era politicamente, Denis recomendava em seu *Resumo da História Literária do Brasil*:

Se essa parte da América adotou uma língua que a vossa velha Europa aperfeiçoara, deve rejeitar as ideias mitológicas devidas às fábulas da Grécia [...]. A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma [...].

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alagar-se como o espetáculo que se lhe oferece (DENIS, 1978, p. 36).

Assim, apenas quatro anos após³ a proclamação da independência política do Brasil, Ferdinand Denis vai propor o que, nos anos seguintes, nossos literatos tentaram realizar, a necessidade de se proclamar nossa independência literária (RICUPERO, 2004, p. 87). Nas palavras de Bernardo Ricupero, “Se antes a situação do Brasil e do restante da América era simplesmente de fornecer riqueza, sem partilhar das glórias das metrópoles, agora, como nação independente, deveríamos ter vida autônoma, superando as formas mentais da época da colônia” (RICUPERO, 2004, p. 87).

Muitos foram os literatos que buscaram seguir este caminho. Gonçalves de Magalhães, por exemplo, é reconhecido pelos críticos como o introdutor do romantismo no Brasil, mas nos parece claro, que Gonçalves Dias foi um dois que mais absorveu esse projeto em sua obra literária, de tal modo que seus versos, e sua biografia, serviram de exemplos e símbolos de brasilidade. E, sem dúvida, não há maior expressão disso, do que sua célebre *Canção do exílio*.

Como afirma Maria Helena Rouanet, os versos “Nosso céu tem mais estrelas,/ Nossas várzeas têm mais flores,/ Nossos bosques têm mais vida,/ Nossas vidas mais amores” foram tão eficazes em proclamar a diferença entre o eu e o outro, o nacional e o estrangeiro – a polaridade norteadora da construção de identidade (nacionalidade) no romantismo – que além de serem reproduzidos por vários outros poetas românticos, acabaram se institucionalizando de vez na letra do Hino Nacional (ROUANET, 1999, p. 22-23). Ainda segundo ela, essa eficácia decorre do fato de que

esses versos ‘pintam’ o retrato da natureza brasileira enquanto, simultaneamente, evidenciam sua diferença em relação ao ‘velho mundo’. Mas esta diferença se faz por comparação de superioridade, valorizando a ‘pátria’ a partir daquilo que só ela possui e que faria falta à Europa. E, acima de tudo, a ‘pátria’ que se ‘pinta’ neste ‘quadro’ vem sistematicamente precedida do possessivo ‘Nosso/a’. Estes pronomes, que iniciam todos os

³ O *Resumé de l’histoire littéraire du Brésil* de Denis é originalmente publicado em 1826, como dito anteriormente, como parte do *Resumé de l’histoire littéraire du Portugal*.

versos, acabam comandando a estrofe e se imprimindo na consciência daqueles que a lêem (ROUANET, 1999, p. 23).

O êxito, ou a originalidade, da *Canção* de Gonçalves Dias – e de todo o projeto romântico literário brasileiro – não está em se construir em oposição ao outro, nesse caso em construir as qualidades da terra natal em oposição às da terra do exílio. Toda identidade, como já dissemos, se constrói na relação com o outro. O êxito da *Canção* está em fazer eco aos sentimentos de nacionalidade que se ansiavam e se construía.

Machado de Assis, já em fase posterior ao “surgimento” de Gonçalves Dias e publicação da *Canção do exílio* e, portanto, já um tanto afastado dos debates iniciais sobre a formação de uma literatura brasileira que merecesse tal status, falava da necessidade de um *sentimento íntimo*, para que o projeto de uma literatura original se consolidasse. Em suas palavras,

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 1994, p. 3).

Parece-nos que o que Machado de Assis propunha era a substituição da *cor local* pelo *sentimento íntimo* por temer que a extrema valorização do local, do particular, pudesse ao fim, empobrecer a nascente literatura. Não nos parece, no entanto que tal risco fosse enxergado por ele na obra do poeta maranhense, ao contrário, no mesmo artigo em que trata do sentimento íntimo ele vai afirmar que “Gonçalves Dias, por exemplo, com poesias próprias seria admitido no panteão nacional; se excetuarmos *Os Timbiras*, outros poemas americanos, e certo número de composições, pertencem os seus versos pelo assunto a toda mais humanidade” (ASSIS, 1994, p. 2), levando-nos a pensar que o tal sentimento íntimo que ele preconizava aos nossos literatos já estaria presente em Gonçalves Dias.

Mas seja como expressão de nossa *cor local* ou de um *sentimento íntimo*, a *Canção do exílio* se prestou a muitas representações e significações ao longo do tempo. Repetida e parafrazeada desde a sua publicação em 1846, ela se plasmou em nosso imaginário como algo *indiscutidamente* nosso. E mesmo quando “discutida”, mas do que relativizá-la o que as críticas fizeram foram consagrá-la ainda mais. José Guilherme Merquior, por exemplo, afirmou que

A *Canção do Exílio* é um poema simples e desnudo, mas não porque haja nela, em alusão poética, os elementos essenciais da terra nativa. A verdadeira razão, o verdadeiro segredo de sua direta comunicabilidade é a unidade obstinada do sentimento que a domina. Esta é a qualidade distintiva da canção, e o que faz dela um poema realmente ‘sem qualificativos’; precisamente porque *todo* o poema é qualificativo⁴: todo ele qualifica, em termos de

⁴ Ao dizer isto, Merquior está dialogando com Aurélio Buarque de Holanda que em texto escrito em abril de 1944,

exaltado valor, a terra natal. Mas a qualidade atribuída ao país saudoso é em si mesma abstrata. [...] O Brasil, na *Canção do Exílio*, não é *isso* nem *aquilo*; o Brasil é sempre *mais*. (MERQUIOR, 1965, p. 48)

Abel Barros, tratando da amplitude dos efeitos do movimento romântico em terras brasileiras vai apontar que, qualquer que seja o entendimento de seu legado,

nunca parece ter sido posta em causa a autoridade com que conduziu os escritores a colocarem a si próprios um novo problema e uma nova missão, [...] os de procurarem delimitar o caráter brasileiro da literatura a fazer no Brasil e de, assim, contribuírem para a edificação do Brasil como nação independente. Não é necessário sequer datar a autonomia literária brasileira do romantismo [...] para reconhecer e sublinhar a importância do período e do movimento românticos (BAPTISTA, 2003, p. 22).

Nesse processo, de construção/consolidação de uma literatura e também de uma identidade brasileira, *Canção* de Gonçalves Dias virou, por assim dizer, o poema nacional por excelência. Schlegel, segundo Andréa Sirihal Werkema, afirmava que “Em todo bom poema é preciso que tudo seja intenção e tudo instinto. Por isso ele se torna ideal” (SCHLEGEL apud WERKEMA, 2007, p. 39). Nesse sentido, parece lícito dizer que o sucesso alcançado por Gonçalves Dias, e, sobretudo, por sua *Canção do exílio*, estava em ter exprimido com êxito o que era a intenção e o instinto do sentimento de brasilidade que se ansiava para o país.

Referências

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond. Hino Nacional. In: **Poesia Completa**. Conforme as disposições do autor. Fixação de textos e notas de Gilberto Mendonça Teles. Introdução de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: **Obra Completa de Machado de Assis**. Vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BAPTISTA, Abel Barros. **A formação do nome**: duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BLANC, Aldir; TAPAJOS, Maurício. Querelas do Brasil. In: _____. **Rio, Ruas e Risos** (Álbum), 1984.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira – Volume II** (Momentos decisivos - 1836-1880). 4ª Ed. São Paulo: Martins, 1971.

afirmara que *Canção do exílio* era um poema construído a partir da ausência de adjetivos (Cf: HOLANDA, 1958).

IMPERIO DO BRAZIL. **Constituição de 25 de março 1824**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DENIS, Ferdinand. Resumo da História Literária do Brasil. In: CESAR, Guilherme. **Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

DIAS, A. Gonçalves. **Dicionário da língua Tupy, chamada língua geral dos indígenas do Brasil**. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858.

DIAS, A. Gonçalves. Canção do exílio. In: **Poesia e prosa completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

HOLANDA, Aurélio Buarque. À margem da “Canção do exílio”. In: _____. **Território Lírico: ensaios**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, 2000.

MARTIUS, Karl Friederich Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manuel Salgado. **Livro de Fontes da Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

MATTOS, Ilmar R. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, n. 1. 2005, p. 8-26.

MEIRELLES, Mario Martins. **Símbolos Nacionais do Brasil e Estaduais do Maranhão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

MERQUIOR, José Guilherme. O poema do lá. In: **Razão do Poema: ensaios de crítica e de estética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965.

MOREL, Marco. **A saga dos Botocudos: guerra, imagens e resistência indígena**. São Paulo: Hucitec, 2018.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (Org.). Nacionalidade em Questão. **Cadernos da Pós/Letras**, n.19, 1997.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-180)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. História. In: JOBIM, José Luís (Org). **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 41.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Live Experiências Literárias: “Querelas do Brasil”** (Aldir Blanc e

Maurício Tapajós), “Hino Nacional” (Carlos Drummond de Andrade), “Canção do exílio” (Gonçalves Dias). In: Facebook, Maio de 2020.

ROUANET, Maria Helena. Pensando as noções; pensando a nação. In: ROUANET, Maria Helena (Org.). Nacionalidade em Questão. **Cadernos da Pós/Letras**, n.19, 1997.

ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Introdução ao romantismo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

VOLTAIRE. Pátria. In: ROUANET, Maria Helena (Org.). Nacionalidade em Questão. **Cadernos da Pós/Letras**, n.19, 1997.

WERKEMA, Andréa Sirihal. **Macário, ou o drama romântico em Álvares de Azevedo**. Tese (Doutorado em Letras), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, 2007.

Recebido em: 05 de setembro de 2021.

Aprovado em: 10 de outubro de 2021.